



## GT 028. Conflitos, Práticas Estatais e Mobilização Social no Brasil contemporâneo

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA) - Coordenador/a, Katiane Silva (Universidade Federal do Pará) - Coordenador/a, Paula Mendes Lacerda (UERJ) - Debatedor/a, Marta de Oliveira Antunes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Debatedor/a, Rhuan Carlos dos Santos Lopes (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) - Debatedor/a

O GT tem como proposta reunir trabalhos que tematizem processos e dinâmicas em torno de conflitos sociais. Compreendemos o conflito como um momento que pode desencadear mobilizações sociais, caracterizadas pelo estabelecimento e negociação de poder entre coletivos políticos ou entre estes e o Estado. Além dessa dimensão que, por sua vez, se desdobra em categorias que pretendem descrever formas específicas de violência como a “violência estatal”, a “violência contra a mulher”, o “genocídio”, os “massacres” e “conflitos no campo”, buscaremos contemplar também o conflito em sua dimensão processual ou genealógica, atentando para os mecanismos por meio dos quais as diferenças e desigualdades se fundam e perpetuam. Pretendemos também abarcar trabalhos que estejam discutindo ações de coletivos políticos que se constituem ou se reorganizam frente a situações consideradas injustas, desiguais ou violentas, de maneira a perceber como estes vislumbram a possibilidade ou a expectativa de reparação pelas violações sofridas. Trata-se, portanto, de um GT que espera se compor a partir de uma diversidade de situações etnográficas que tenham como proposta discutir mobilizações sociais nas cidades, no campo, em comunidades indígenas.

### **Relatório Figueiredo: tutela e classificação contra povos indígenas**

**Autoria:** Gabriela Galvão Braga Furtado

O presente work é resultado de uma pesquisa que teve como fio condutor o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, que registra denúncias de massacres contra indígenas, coordenado pelo procurador Jáder Figueiredo, em julho de 1967, para apurar as irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios (SPI) ocorridos entre 1946 a 1988, este documento é conhecido como Relatório Figueiredo (RF). É importante assinalar a descoberta do Relatório pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), que segundo a comissão mais de 8 mil indígenas foram vítimas de violência. À vista disso, foi possível compreender como os povos indígenas foram submetidos ao estado pelo órgão SPI, destacando a tutela e imagens pré-concebidas referidas a comunidades indígenas por meio da utilização de termos ou categorias classificatórias, como; selvagens. E estudar essa violação de direitos descrita no Relatório Figueiredo é entender o resultado do processo histórico de inferiorização dos povos indígenas, sendo vistos como empecilhos para o progresso do estado brasileiro, que tinha a intenção de proteger, contudo acabaram por violar os seus direitos. Essa análise antropológica e histórica ajuda a entender os conflitos contemporâneos, nos quais as questões territoriais, agronegócio e violência institucional, são os principais focos de violação dos direitos dos indígenas.

[Trabalho completo](#)



## Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

**Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA**  
**Diretoria da ABA 2017/2018**  
**Comissão Organizadora da 31ª RBA**

**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

